

É tempo de conquistar e conceder ganho real aos trabalhadores(as), inclusive aos trabalhadores(as) do Serviço Público

* Lizeu Mazzioni

O Brasil não caiu diante da crise internacional gerada pela ciranda financeira impulsionada pelas políticas neoliberais implantadas mundo a fora nos anos oitenta e noventa pelos governos conservadores em muitos países, inclusive no nosso. A tese do Estado mínimo e do Mercado máximo faliu juntamente com alguns dos seus formuladores. O neoliberalismo enquanto política econômica e de Estado gerou crises proporcionais ao grau de implementação adotada em cada país.

No Brasil, com o governo Lula e a retomada do papel do Estado na gestão da economia, com o fortalecimento do BNDES, da Caixa, do Banco do Brasil, da Petrobras, do Sistema Eletrobras, com a redução do endividamento público e ampliação das reservas cambiais, juntamente com as políticas de ampliação do crédito produtivo, inclusive subsidiado, à indústria, à agricultura, à construção civil, à construção naval, às obras de infra-estrutura com expansão das obras públicas, combinado com a simplificação e redução da carga tributária, crédito facilitado e mercado público para as micros e pequenas empresas e empreendedores individuais, somado ainda com a valorização do salário mínimo e o fortalecimento das políticas públicas, alcançamos um período de crescimento econômico com distribuição de renda, onde cresce o emprego e o empreendedorismo formal.

Excluindo 2009 que apresentou uma leve retração de 0,2%, o PIB brasileiro vem crescendo em média de 5% ao ano desde 2004 e este ano pode chegar a 6%. De 2004 a 2010 o PIB cresceu 30%, uma média de 4,3% ao ano. O PIB per capita que registra o crescimento da riqueza dividido pelo número de habitantes, ou seja, o ganho real da economia por habitante, cresceu nesse período 20,5%, média anual de 3%.

O rendimento médio real da população ocupada cresceu 14,3% em seis anos, crescendo de R\$ 1.181,90 em 2003 para R\$ 1.350,33 em 2009. Os dados demonstram que o crescimento real do rendimento médio dos trabalhadores (14,3%) foi 6 pontos percentuais menor do crescimento do PIB per capita (20,5%) no período até 2009; considerando que o período do PIB per capita projetado refere-se de 2004 a 2010, constata-se que para o rendimento médio real acompanhar o crescimento do PIB per capita, o salário médio dos trabalhadores precisaria crescer – ter ganho real, de 6% em 2010; o aumento do salário mínimo chegou perto, com ganho real de 5,44% neste ano, passando de R\$ 465,00 para R\$ 510,00 – totalizando 9,68% de aumento, incluindo o IPCA acumulado de 4,02% dos meses de março/2009 a janeiro/2010.

No caso do Estado e dos serviços públicos, além do crescimento do PIB per capita, o crescimento da receita pública e a redução da Despesa Total de Pessoal - DTP em relação ao percentual da Receita Corrente Líquida - RCL, criam condições, “nunca tidas na história dos últimos trinta anos desse País” para aumento real vigoroso nos salários dos trabalhadores do serviço público.

A RCL da União, dos Estados e dos Municípios - disponível no site do

Tesouro Nacional <http://www.tesouro.gov.br/estados_municipios/sistn.asp>, cresceu de forma real em média anual de 6 a 7% nos últimos anos. Com o crescimento da receita muito acima das despesas com pessoal, o percentual da RCL gasto com DTP vem caindo nos últimos anos. Os Municípios reduziram de uma média de 45% em 2006 para 43% em 2009. Os Estados reduziram de uma média de 43% em 2006 para 41% em 2009. A União, segundo dados do DIEESE, a média de 48% de 95 a 98, foi reduzida para 36% de 99 a 02 e para 30% de 2003 a 2008.

Estamos vivendo o terceiro ajuste fiscal do setor público nos últimos vinte anos.

A partir da Constituição de 1988, no início dos anos 90, com o Regime Jurídico Único- RJU e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS com a redução drástica da contribuição previdenciária patronal de 22% para zero no fluxo de caixa ou para 4,5 ou 8% nos fundos de previdência, juntamente com o parcelamento em 240 meses das dívidas com o INSS, tivemos um ajuste fiscal irresponsável com o futuro, herança que estamos enfrentando com a problemática previdenciária atual com tendência de agravamento.

Em 2000, na onda do Estado mínimo, o ajuste fiscal foi efetivado com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e a imposição de limites para o gasto de pessoal diante do baixo crescimento econômico e a asfixia das finanças públicas, fixando o gasto máximo da RCL com DTP do poder executivo em 54% para os Municípios, 49% para os Estados e 40,9% para a União.

Agora estamos vivendo o ajuste fiscal pelo crescimento da receita pública, em parte pelo crescimento da carga tributária - de 30,3% do PIB em 2000 para 34,42% em 2008 e parte pelo crescimento da economia.

Entre os limites da LRF e a realidade atual cresce um espaço significativo para o crescimento das políticas públicas com a contratação de novos servidores – professores, médicos, técnicos, serviços operacionais..., e para o ganho real aos salários dos trabalhadores(as) do serviço público. Nos Municípios, entre o limite de 54% da LRF e o percentual médio de 43% em DTP, sobra uma margem de 11% da RCL; Nos Estados, entre o limite de 49% da LRF e o percentual médio de 41% em DTP, sobra uma margem de 8% da RCL; Na União, entre o limite de 40,9% da LRF e o percentual de 30% em DTP, sobra uma margem de 10,9% da RCL.

Considerando que a RCL real crescerá em pelo menos mais 6% em 2010, a margem de crescimento da DTP na administração pública, entre o permitido pela LRF e o valor praticado é de pelo menos 30% sobre o valor de 2009, tendo em vista que para implicar em aumento de 1% na RCL, a DTP precisa crescer mais de 2%, porque a DTP representa menos da metade da RCL.

É por isso que não é exagerado defender e lutar por um ganho real de 10% nos salários dos(as) trabalhadores(as) em 2010.

- Lizeu Mazzioni é professor da Rede Municipal e Suplente de Vereador em Chapecó – SC; autor do livro Democracia, Estado e Cidadania Para Todos; É Secretário de Comunicação da CUT/SC e Secretário de Políticas Públicas e Sociais da CONFETAM/CUT.

- Fontes: IBGE, Secretaria do Tesouro Nacional, DIEESE, Receita Federal do Brasil, Banco Central do Brasil.